

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE:

CONTEXTOS E REFLEXÕES NO SÉCULO XXI



ORGA:

GABRIELLA ELDERETI MACHADO



TERRIED

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE:

CONTEXTOS E REFLEXÕES NO SÉCULO XXI



ORGA:

GABRIELLA ELDERETI MACHADO



TERRIED

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: CONTEXTOS E REFLEXÕES NO
SÉCULO XXI [livro eletrônico] / ORGANIZAÇÃO: Gabriella
Eldereti Machado. -- 1. ed. -- Alegrete, RS : Editora
TerriED, 2023.

PDF-

ISBN 9 7 8 - 6 5 - 8 4 9 5 9 - 4 8 - 4

1. Educação

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino 610.1



10.48209/978-65-84959-48-4



www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: MÃE CONSTRUÍDA: LEVANTAMENTOS SOBRE A IDEALIZAÇÃO DA MULHER - MÃE.....	6
---	----------

Juliana Farias Santos

Débora dos Reis Silva Backes

doi: 10.48209/978-65-84959-48-1

CAPÍTULO 2: RECOMPENSAS E PREMIAÇÕES: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ÉTICA E ESTÉTICA DE PROFESSORAS NO BRASIL.....	14
---	-----------

Ana Paula Rufino dos Santos

doi: 10.48209/978-65-84959-48-2

SOBRE A ORGANIZADORA.....	27
----------------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

MÃE CONSTRUÍDA: LEVANTAMENTOS SOBRE A IDEALIZAÇÃO DA MULHER- MÃE

Juliana Farias Santos¹

Débora dos Reis Silva Backes²

Doi: 10.48209/978-65-84959-48-1

Resumo: Este artigo faz parte do referencial teórico de um trabalho de Monografia apresentado em 2021 na Universidade Federal de Sergipe sobre Narrativas de Professoras- Mães. Tem como objetivo geral apresentar características históricas e culturais sobre o que é ser mãe, ser mulher e ser professora. No intuito de compreender essa relação Professora- Mãe- Mulher foram levantados alguns estudos, tendo como referencial teórico as autoras Guacira Lopes Louro (2007), Maria Rita Kehl (2003), Simone de Beauvoir (1967), Elisabeth Badinter (1985), entre outros. Os autores citados versam sobre as questões que envolvem principalmente as questões sobre gênero e educação, discorrendo para os assuntos que envolvem a maternagem.

Palavras-chave: Feminismo, Maternagem, Magistério.

1 <https://orcid.org/0000-0002-3880-0586>; Mestranda em Educação no Programa de Pós- Graduação em Educação na Universidade Federal de Sergipe. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Palavras- chave: Gênero; Magistério; Maternidade; Trabalhos Manuais; Educação Moral; Universidade Federal de Sergipe.

2 <https://orcid.org/0000-0003-4466-2658>; Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade Federal de Sergipe-PPGED/UFS. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

Em muitas falas mulheres e homens são presos a discursos de normalidade entre o que é (pré) destinado ao que é ser (de) homem e ser (de) mulher, por vezes sem questionar como essa (pré) destinação se construiu ao longo da história, sendo fortemente reforçada, a ponto de se tornar “normal” na cultura e na sociedade.

A autora Simone de Beauvoir, descreve o conceito de mulher segundo o viés biológico, apontando o caráter pejorativo e legitimado pelo senso comum

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!” O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. (Beauvoir, 1970, p.127)

Infelizmente a sociedade internalizou a ideia errônea de mulher ser “parte” do homem, por isso, “limitada”, “passiva”, “dependente”, “frágil”, entre tantos outros termos pejorativos que não cabem serem descritos neste momento.

Trazendo a crítica feminina como ponto de partida do que é ser (de) mulher, começamos a discorrer as linhas desta pesquisa. Enquanto mulheres, mães e professoras, nossas primeiras inquietações com o tema de trabalho se deu por conta da visão social “professora ser a mãe” em sala de aula, diante disso nos questionamos: somos realmente destinadas a sermos mães? Até que ponto a profissão professora tem entrecruzamentos com ser mãe? Há relação entre ser mãe e ser professora? Quais são os fatores (históricos, sociais e culturais) que contribuem para essa relação?

Partindo dos estudos de gênero, para definir o ser mulher, percebemos que em muitos há o papel do macho como sendo o determinante para o papel da fêmea, em outras palavras, o masculino define quem ou o que será o feminino. Trazendo mais para próximo do tema a ser tratado neste trabalho sobre o que é ser mãe Testoni (2006) citando Coutinho nos diz:

O amor materno, instituído historicamente como valor, ancorou-se como “origem” e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar. Sentimento materno um caráter “inato” e, portanto, compartilhado por todas elas. Ela se transforma em um “ser para os outros” (Coutinho, 1994).

É neste sentido que a autora Simone de Beauvoir afirma que não existe “instinto” materno, e continua “a atitude da mãe é definida pelo conjunto de uma situação e pela maneira porque a assume” (Beauvoir, 1967, p 277-278). Considerando a citação da autora, buscamos empiricamente como foi se dando a construção do chamado “instinto materno”, e em se tratando de situações (históricas, sociais, biológicas, psicológicas) perceber como foi legitimado o “papel de mãe”.

Por meio das primeiras leituras que realizamos sobre a configuração mulher/professora, nos deparamos com os inúmeros estudos sobre a feminização do magistério. Os fatores mais presentes nestes estudos para explicar este fenômeno foram: saída dos homens do magistério (essa saída se justifica por uma busca de outros empregos, conseqüentemente, por melhores salários), maior procura das mulheres para aprender/ensinar, o “dom” de ser professora, escola como extensão do lar, e a ideia da professora como mãe na escola.

Cercada de estereótipos de gênero, a entrada da mulher no magistério se configurou com as concepções de que a professora representa a mãe espiritual, sagrada (cristianismo), carinhosa, paciente, afetuosa, uma verdadeira mãe no ambiente escolar. E é nesse sentido que Louro (1997) afirma

Se a maternidade é, de fato, o seu destino primordial, o magistério passa a ser representado também como uma forma extensiva da maternidade. Em outras palavras, cada aluno ou aluna deveria ser visto como filho ou filha espiritual (...) O magistério precisava ser compreendido, então, como uma atividade de amor, de entrega e doação, para a qual acorreria quem tivesse vocação (Louro, 1997, p. 78).

Quando nos comportamos de determinadas maneiras, nem nos perguntamos sobre a origem daquele comportamento, muitas vezes nem nos recordamos de onde surgiu em nós. E em relação ao comportamento feminino então. As mu-

lheres precisam se comportar de tal e qual maneira, porque sempre haverá uma comparação, seja ela próxima ou distante.

Desta forma, estudar as questões relacionadas ao gênero feminino, aliando estas as questões envolvendo o meio da educação, se faz importante por abranger uma série de questionamentos envolvendo a docência e suas formas de ser professora.

No intuito de compreender a construção do ideal de mulher- mãe foram levantados alguns estudos, tendo como referencial teórico as autoras Guacira Lopes Louro (2004), Maria Rita Kehl (2003), Simone de Beauvoir (1967), Elisabeth Badinter (1985) entre outros. Os autores citados complexificam questões que envolvem principalmente os elementos gênero e educação, discorrendo para os assuntos que envolvem a maternagem.

A CONSTRUÇÃO DO CORPO MATERNAL

A partir das chamadas ondas feministas, a história das mulheres passa a ser contada por mulheres, dando um novo olhar sobre a percepção da história descrita pelo público de interesse, contribuindo para se atentar sobre os documentos oficiais para o estudo das relações de gênero e do feminino.

Ao ser mulher estão atreladas algumas marcas de feminilidade, segundo Moreira (2012) “enfeitar os cabelos com adereços, detalhes nas roupas, nos cabelos, nas orelhas, nos braços, graça e sedução provocam a cobiça dos homens” (Moreira, 2012, p. 2), ainda segundo a autora, as mulheres vivem em um conflito existencial: elas seduzem, no sentido de persuadir, iludir ou elas encantam, no sentido de maravilhar, atrair, fascinar pela beleza? Para esta autora, as mulheres convivem com este conflito e nos remetem a questões como assédio, abuso, atitudes machistas, eventos ligados muitas vezes a vestimentas ou mesmo adereços utilizados por elas.

Elisabeth Badinter (1985) em seu livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, afirma que a procriação tem um sentido duplo: 1- estado momen-

tâneo, que seria a gravidez; 2- ação a longo prazo, a maternagem. Em um sentido resumido, maternidade seria a condição física feminina, a capacidade de gestar; já a maternagem diz respeito aos cuidados ou ao desejo de cuidar dos filhos, ou de crianças.

A maternagem neste sentido seria o cuidado, o zelo com a criança, principalmente nos primeiros anos de vida, garantindo o atendimento das suas necessidades. Ela envolve percepções ligadas ao estereótipo feminino como atenção, carinho e cuidado. Maternagem envolve ação e cuidado em relação ao outro, independente de gênero.

É preciso abordar que existem mulheres que consideram a maternidade, utilizada neste contexto como o período da gestação, como momento diferente, importante, especial ou perturbador, inseguro, peso, isso dependerá muito do modo de ser de cada mulher, suas vivências e suas vontades do ser ou não ser mãe, principalmente porque muitas vezes a responsabilidade recai só sobre ela. Sobre ser mãe, a autora Elisabeth Badinter (1985) esclarece que

A mãe, no sentido habitual da palavra (isto é, a mulher casada que tem filhos legítimos), é uma personagem relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho (Badinter, 1985, p.25).

O conceito de mãe e suas atribuições surgiu na Europa no século XIX, a imagem de mãe perfeita, imaculada, quase uma santidade, a mulher passou a vista como símbolo de perpetuação da espécie, cabendo ressaltar que muitas vezes foi (é) vista como apenas isso: um olhar congelado na maternagem, no zelo e no cuidado com a cria, segundo Moreira (2012) esse olhar é preconceituoso, limitado, limitante e carregado de ideologias sobre o que é ser mãe.

A autora Maria Rita Kehl (2003) aponta que os cuidados maternos diretos, passaram a garantir padrões de boas maneiras, os quais só as mães poderiam dar aos filhos, assim estava “legitimada a ideia de que as próprias mães deveriam cuidar da primeira educação deles” (KEHL, 2003, p. 2). Mais que um paradoxo

atribuído historicamente às mulheres, segundo a biologia, seres com baixa capacidade intelectual iriam ter a responsabilidade de manter a família e promover a educação dos filhos, a mulher passa a ser peça fundamental de toda a sociedade, pois, ao educar a criança, formaria o homem.

Ao que parece ser um ideal de mulher: mãe, esposa, divindade, omitia a mulher a sua condição de ser humano, como enfatizam as autoras Gati e Monteiro (2016) a função da mulher era glorificar o homem. Trabalhando sem remuneração em casa, devendo dedicar-se inteiramente à tarefa de ser mãe.

Os conservadores da ordem patriarcal culpabilizavam as mães por dissolverem os bons costumes e valores das famílias, argumentando que por serem elas as responsáveis pela educação dos filhos, influenciavam diretamente no comportamento destes e deveriam se dedicar exclusivamente a eles, na ausência do marido, vale ressaltar. Com isso, o isolamento das mães e donas de casa das famílias tradicionais acarretou em um amor excessivo da mãe pelos filhos, como talvez a única fonte de satisfação dos afetos e até de satisfação eróticas de muitas mulheres (Kehl, 2003).

Desde que as mulheres entraram para o mercado de trabalho, o dito “pátrio poder” da figura masculina foi sendo abalado, e aos poucos as mulheres foram conquistando a independência financeira, “livrando-se daquela dependência que lhe paralisava, as oportunidades profissionais acabaram eliminando a dependência econômica feminina que sustentava a ideia do casamento patriarcal” (Kehl, 2003, p. 2). Independentes, as mulheres tomaram o fôlego que precisavam para continuarem na luta, mas surge um porém: mulheres que são mães, como fazem para trabalhar no âmbito público? Onde deixarão suas crias enquanto estão fora?

Uma das armadilhas do patriarcado é deixar a mulher que também é mãe fora do sistema, privando-a dos direitos de trabalhar no âmbito público, pois alguns empregadores utilizam do argumento que os filhos podem diminuir a capacidade produtiva da mulher que é mãe, tratando-se explicitamente de uma discriminação sustentada pela sociedade que visa a produção e o lucro.

Questionando os aspectos biológicos a autora Simone de Beauvoir (1970, p. 59) afirma que a criação do papel feminino está ligada a fatores que influenciam nesta construção, como o biológico, a sociedade, a história, e a mentalidade de cada sujeito, e acrescenta “não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade”, a mulher se constrói, se molda, se determina enquanto mulher com base em sua vivência com o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Legitimada como “Mãe educadora” capaz de maternar, dentro e fora de casa, a mulher- professora é caracterizada como sinônimo de cuidado, ternura, docilidade, amor, nem sempre reconhecida por sua competência profissional, considerando a profissão como “vocação/missão”, justificando a ideia do “trabalho por amor”, até a tendência também “natural” de se voltar para a maternidade e para a família como a função mais adequada e requerida pela sociedade para a mulher, fixando o papel da maternidade às mulheres-professoras.

Produzidas, histórica e socialmente, as normas, valores e costumes com relação à opressão e a dominação dos homens sobre as mulheres não são fatores inocentes nem naturais, são frutos de processos reforçadores do discurso biológico do ser superior, homem, atuando diretamente sobre o ser inferior, mulher. Essa prática foi reforçada ao longo dos anos e se perpetua como algo natural, normal. Enquanto isso, foi também naturalizado o espaço doméstico e as atribuições contidas neste, como espaço de dominação do ser feminino.

O campo da Educação, como espaço de lutas e de reafirmação de espaços, serve para que temas como este e tantos outros sejam discutidos, revistos, estudados e reelaborados para que seja realizada uma efetiva e justa afirmação de espaços que já estão lá, para nós, mulheres, mães, professoras, alunas, seres humanos.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: experiência vivida**. v.2. – São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. – São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970-1980.

GATI, H.H; MONTEIRO, I.A. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. **Cadernos de História da Educação**, n.3, vol. 15, p. 1146-1169, set-dez, 2016.

KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. 2003. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK Ewjiosmz1LzuAhXJHLkGHQejBqEQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Frfp.sesc.com.br%2Fmoodle%2Fpluginfile.php%2F7037%2Fmod_forum%2Fattachment%2F2879%2FMaria%2520Rita%2520Keihl_%2520Em%2520de%2520da%2520fam%2520tencular.pdf&usg=AOvVaw21xtczvvPhZo1Sk8noIhfS. Acesso em: 05/01/2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.443-481.

MOREIRA, R.C.C. **Mulheres, educação e maternagem**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX, João Pessoa, 2012.

TESTONI, R.J.F; TONELLI, M.J.F. Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. **Psicologia e sociedade**, Santa Catarina, 18(1), jan/abr, 2006, pp. 40-48.

CAPÍTULO 2

RECOMPENSAS E PREMIAÇÕES: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ÉTICA E ESTÉTICA DE PROFESSORAS NO BRASIL¹

Ana Paula Rufino dos Santos²

Doi: 10.48209/978-65-84959-48-2

Resumo: O estudo em tela examina a premiação na condição de dispositivo pedagógico de gênero nas formas de regulação da experiência que a professora faz de si com vistas a identificar a emergência de uma rede significação sobre o sujeito professor e perceber a produção de certo regime de visualidade da professora na mídia. Analisa um *corpus* heterogêneo composto por textos variados que compõem o discurso pela educação básica em textos que engendram o discurso cultural da Revista Nova Escola. Interessa colocar em suspenso um conjunto de práticas discursivas que revelam um regime de verdade sobre o sujeito professor.

Palavras-chave: Dispositivo pedagógico. Premiação. Sujeito professor.

¹ O presente texto encontra-se nos Anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade 2022.

² Pedagoga, mestre e doutora em educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro associado do Centro de Estudos em Educação e Linguagem da UFPE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0212-1231>

INTRODUÇÃO

O estudo em tela procura colocar em suspenso um conjunto de práticas discursivas querevelam um regime de verdade sobre o sujeito professor produzido historicamente, ao passo que investe em compreender na rede que se estabelece entre discursos, proposições, legislações, como atuam os dispositivos pedagógicos de gênero e como entram em disputa pela significação do sujeito professor. Considera tais dimensões no exame da *Premiação*, enquanto dispositivos pedagógicos de gênero nas formas de regulação da experiência que a professora faz de si com vistas a identificar a emergência uma rede significação sobre o sujeito professor no contexto atual e perceber a produção de certo regime de visualidade da professora na mídia impressa especializada.

Para tanto, investe no exame do discurso da mídia na revista Nova Escola sobre a *Professora Ideal*, consideram-se elementos discursivos como, lugar de enunciação, temas e gramática. Além de considerar elementos constituintes da Cena de Enunciação em Maingueneau (2008) – a *cena de enunciação* como passível de uma tríplice apreensão: o tipo de discurso, a cena referente ao gênero do discurso e a cena que se constrói como elemento essencial de legitimação dos discursos.

Interessa, portanto, dar relevo não à formação estética docente ou algo que este sujeito aprenda para ser considerado professor a partir de um conjunto de conhecimentos técnicos, mas interrogar um conjunto de certos conhecimentos que medeiam ou reelaboram alguma forma de relação desse sujeito consigo mesmo, acionando, no sentido foucaultiano, uma ontologia histórica através do estudo de mecanismos que transformam os seres humanos em sujeitos fabricados no interior de certos dispositivos de subjetivação e, assim, contribuir na problematização de teorias, discursos e práticas produtoras de pessoas, de formas de ser professor de uma determinada maneira, como propõe Larrosa (1994, p. 37). O texto em tela, representa um exercício analítico de parte do arquivo da pesquisa

de doutorado desenvolvida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco³, a qual elegeu do conjunto de periódicos dirigidos ao segmento ocupacional do magistério, a Revista Nova Escola.

A escolha do arquivo levou em consideração a inserção e aceitação desse periódico no referido segmento e ainda as estratégias promocionais adotadas. O conjunto de documentos analisados constitui textos da mídia impressa especializada: reportagens, matérias sobre professores da educação básica premiados em concursos anuais.

Os documentos são analisados como um *corpus* heterogêneo composto por textos variados que compõem o discurso curricular da educação básica e textos que engendram o discurso cultural da mídia sobre o sujeito professor.

A PREMIAÇÃO E A PRODUÇÃO DO SUJEITO PROFESSOR

É possível afirmar que ao longo da história da educação, estudos revelam que a prática de recompensas e premiações tem se apresentado como algo presente nos espaços educacionais com objetivos e destinada a sujeitos de maneira diferenciada.

Vários exemplos mostram sua emergência ligada ao controle disciplinar e relativa ao castigo/punição como penalidades às crianças quando analisadas pelo comportamento inadequado ou aprendizagem abaixo do esperado, como exemplifica Veiga (2009, p. 140) ao apontar que nos Regimentos internos dos estabelecimentos de assistência à menores do Estado de Minas Gerais, de 1929, registram-se como penalidades: retirar da aula; privação de recreio; proibição de correspondência e visita; detenção na sala da inspetora; isolamento, permitindo a saída somente para assistir às aulas. Quanto às recompensas: boas notas; inclusão no quadro de honra; elogios em particular ou em público; prêmios em livros, brinquedos ou outros objetos.

³ Pesquisa com financiamento CAPES.

Essa perspectiva da *premiação* como reforço a um comportamento esperado já aparece como elemento de composição do Conselho Escolar em sua criação como instrumento de controle do sujeito escolar com funções disciplinares.

Ramos do Ó (2003, p. 39) expõe uma relação de tais atribuições elencadas no decreto de criação as Escolas Industriais em Lisboa de 1888. Competia ao conselho escolar, composto pelo diretor e pelos professores efetivos e em exercício, dentre várias funções, a responsabilidade de formular e discutir os projetos dos programas das diversas cadeiras; propor as condições de admissão, frequência e exame dos alunos; propor os alunos a quem deva ser conferido prêmio; desempenhar as funções de fiscalização e administração; aplicar as penalidades; e recomendar ao inspetor tudo o que julgar a bem do ensino.

Para além da função de reforço a uma “resposta operante” no sentido behaviorista, a premiação se reveste de outra característica que amplia seu campo de atuação sem perder o propósito da disciplinização, mas, de outra feita, funciona como instrumento de autorregulação dos sujeitos com práticas normativas pela sugestão às professoras e aos professores de se autoexaminarem e julgarem sua prática. Símbolos e normas são mobilizados para a produção de um determinado/a professor/a dentre os quais está a promoção de prêmios anuais para os professores que derem melhores provas de aptidão e zelo pelo ensino do desenho.

Vale lembrar que a premiação, apesar de explicitamente operar como incentivo financeiro, na verdade exerce o poder de conseguir a adesão de mestres aos quadros de ensino quando associada à promoção da distinção entre estes pelo desempenho esperado. Por outro lado, vê-se um processo de disciplinização pela autorregulação dos sujeitos por meio de critérios que os permitem fazer um autoexame de práticas de produção específica e julgada “de reconhecida utilidade” como garantia do mérito⁴. Tal mecanismo efetua um efeito de galanteio elogioso,

4 No sistema da meritocracia, as posições hierárquicas devem ser conquistadas com base no merecimento, considerando valores como educação, moral e aptidão específica para determinada atividade. Constitui-se numa forma ou metodologia de seleção e, num sentido mais amplo, pode ser considerada uma tecnologia governativa, através da qual é considerado o *meritu* (do grego), ou merecimento, como a qualidade atribuída a uma pessoa, cujo ato ou atividade foram reconhecidos como de valor, a partir de um julgamento moral.

moldando um sujeito professor dentro dos padrões estabelecidos. Dessa maneira, a distinção funciona como um dispositivo de regulação da prática, porque aciona um efeito de vaidade, ao mesmo tempo que mantém o professor tutelado em sua autonomia.

Sob essas bases, ocorre lembrar os jogos de representação que acabam por produzir certas representações de professor/professora, fazendo-se pela forma como este/esta é representado/a, indicando de alguma maneira o quanto é objeto ou sujeito de representação.

No jogo de representação, certamente estão envolvidas questões de poder, dizendo com Louro (2011, p. 464): “as representações são constituídas na dependência do poder e têm efeitos de poder”.

Cabe, então, perceber quem faz uso do poder para representar o outro, quem passa a ser representado/representada. Chama a atenção o prestígio de algumas instituições, como institutos e colégios religiosos e laicos, que frequentemente conseguiam mobilizar estudantes e a sociedade em torno de cerimônias de caráter solene, fazendo representar-se através das práticas docentes de professores e mestres de ofício com cerimônias de caráter promocional ou meritório – prêmios literários, disputas públicas, apresentação de projetos.

É possível ver um exemplo do poder de representação do professor nas instituições jesuíticas que, apesar da falta de um quantitativo suficiente de professores preparados, de alunos e de Colégios da Companhia de Jesus. Na mesma proporção, crescia o prestígio dos padres na sociedade europeia do século XVI, bem como a promoção de cerimônias de premiação, nas quais os colégios se transformavam em ambiente de fluidez cultural:

Mas a expansão escolar já não podia parar. A educação da juventude tinha-se tornado a prioridade do ministério jesuítico, e os padres iam conquistando a opinião pública, ora com a realização de cerimônias de caráter solene (como a atribuição de prêmios literários, as disputas públicas e orações inaugurais), ora com grandes representações teatrais que podiam reunir milhares de pessoas, pois para estes eventos eram convidados não só os familiares dos alunos, como também os membros das universidades e da hierarquia civil e eclesiástica. (MIRANDA, 2009, p. 24).

Proporcional à expansão dos colégios jesuítas até o século XVII se transformando em uma rede de instituições escolares era a grandiosidade das cerimônias públicas com repercussão na vida da cidade. Cada colégio era “um lugar de realização de teatros, de bailados e mais tarde de óperas, espaço de bibliotecas e impressão de novos livros, por vezes em larga escala” (MIRANDA, 2009, p. 24). São práticas de regulação da vida e normalização de estudantes, mestres e famílias por meio de dispositivos diversos – exames, exortações, apresentações e premiações – cuja organização contava com um conjunto de rituais capazes de organizar rotina e sujeitos no interior da instituição de ensino, com horários e atividades definidos para os dias da semana, além de sábados, domingos e feriados, para acontecer disputas, repetições, discursos, declamações de poesias, preleções de temas diversos e ainda exercícios literários.

Assim, “o espírito da emulação era fortemente instigado e os jesuítas tiraram dele o maior partido, com numerosos concursos literários, com a atribuição frequente de prêmios, títulos honoríficos, declarações públicas” (*idem*, p. 25) na presença de seus pares, de toda a instituição, da Universidade ou até da cidade. Os aparatos cênicos destas cerimônias garantiam pelo dispositivo da emulação a normalização dos alunos.

Em instituições de ensino brasileiras, alguns estudos como os desenvolvidos por Louro (2011), relatam sobre as cerimônias e rituais com dispositivos de normalização de estudantes, mestres e mestras, como os exames públicos e as premiações na construção ética e estética desses sujeitos.

Em *História das mulheres no Brasil*, ao abordar a educação da mulher e a formação feminina para o magistério no Brasil, a autora analisa documentos e relatos de instituições de formação para o magistério de Porto Alegre em meados do século XX.

Para além dos regulamentos institucionais de escolas normais públicas, colégios normais religiosos ou internatos particulares para moças de classes diversas, a normalização de estudantes, mestres e mestras fazia-se ainda por uma série

de outros dispositivos, como os exames públicos e as premiações. Sua eficácia no processo de subjetivação das professoras se dava pela definição da posição destas nas solenidades e rituais, que aconteciam na obediência a superiores, na observância da pontualidade, da assiduidade, da regularidade e da ordem.

A respeito disso, Louro acrescenta: “Construía-se uma estética e uma ética com uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinava-se com a exigência de uma postura discreta e digna” (LOURO, 2011, p. 461). Quanto às professoras, como modelos para as estudantes, era possível vê-las também em trajar discreto e severo. Além disso, adotavam o silêncio sobre a vida pessoal e ministravam ensinamentos sobre o modo adequado de se comportar, falar e escrever, pois adotavam os gestos e olhares considerados modestos e descentes, as formas adequadas de caminhar e sentar. Tratava-se de um “investimento político sobre os corpos das estudantes e mestras através de múltiplos dispositivos e práticas criando um jeito de professora” (LOURO, 2011, p. 461).

Os elementos apontados sugere um exame das práticas cerimoniais em sua performatividade como um ritual, especialmente porque, como propõe o antropólogo Stanley Tambiah, “o ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica e constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos”, em geral expressos por múltiplos meios com conteúdo e arranjos caracterizados por graus variados de formalidade, rigidez, condensação e repetição de ação “performativa” como ato convencional pelo qual os participantes experimentam intensamente.

Nessa perspectiva, em termos de ritualização das práticas, parece possível fazer uma aproximação daquelas cerimônias escolares exemplificadas e outras, como Feira de Ciência, Formatura do ABC ou da Alfabetização e Jogos Escolares, com as cerimônias de premiação promovidas pela Fundação Victor Civita, ou pelo Ministério da Educação (MEC), na medida que, apesar de diferentes objetos e sujeitos, espaços e tempos, sua ação sobre o sujeito permanece. Dizendo de outra forma, a presença de rituais de premiação no campo educacional e seus

atravessamentos na produção de um ideal de sujeito professor revelam que o campo da educação supõe uma rede de práticas implicadas com sua proliferação, isto que um sistema de ensino se configura em “uma ritualização da palavra, uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; a construção de um grupo doutrinário; uma distribuição do discurso com seus poderes e seus saberes” (FOUCAULT, 2006, p. 44). E, sobretudo, no conjunto das práticas de assujeitamento do sujeito, é o ritual que define a qualificação que os indivíduos devem possuir, quem fala e quem, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, deve ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado.

A PREMIAÇÃO E A FORMAÇÃO ÉTICA E ESTÉTICA DE PROFESSORAS

Na análise ora apreendida, reafirma-se que a Fundação Victor Civita (FVC) configura-se como lugar de enunciação, a qual se propõe: “Construir e disseminar conhecimentos e valorizar práticas da Educação Básica que auxiliem educadores a enfrentar os desafios de seu tempo” (www.fvc.org.br).

Na análise da gramática do discurso, dizendo com Foucault (2004, p. 164), “podemos encontrar *performances* verbais que são idênticas do ponto de vista da gramática: vocabulário, sintaxe e, de uma maneira geral, a língua, que são igualmente idênticas do ponto de vista da lógica, [...] mas que são *enunciativamente* diferentes”.

No conjunto dos vários produtos e eventos de divulgação da prática docente, esse acontecimento é considerado pela FVC como “o mais importante prêmio da Educação Básica brasileira, onde todos os anos um grupo de especialistas define entre os milhares de inscritos os dez educadores vencedores, entre professores e gestores, escolhidos por suas práticas exemplares” (www.fvc.org.br).

Nesse ritual de premiação, as celebridades artísticas e as “celebridades docentes” fazem parte do mesmo espaço/tempo/atuação, onde uma delas passa a atuar performaticamente não como professor, mas como sujeito premiado. Este

está sendo evocado pelo discurso do mérito, uma vez que os resultados foram obtidos por esforço e qualidades pessoais. É o caso da professora Silvia, que pôde “[...] mostrar para as famílias que a creche não é um lugar apenas para deixar as crianças durante o horário. [...] conseguiu unir o educar e o cuidar” (<http://acervo.novaescola.org.br>), como propõe a narrativa. Está em ação um sujeito engendrado pela articulação do poder empresarial e econômico, atrelado a quem arca com os custos da realização do espetáculo, competição – FVC e Grupo Positivo, patrocinadores do espetáculo.

Cabe destacar que grande parte dessa adesão por professores/professoras ao prêmio tem íntima relação com a forte inserção dos produtos da mídia impressa especializada nesse segmento ocupacional por três décadas no Brasil, como é o caso da revista Nova Escola publicada e distribuída pelo Grupo Abril. A análise do enunciado levou em consideração os grandes temas, os conceitos e a gramática recorrente sobre a *professora ideal* no discurso da mídia impressa.



Fonte: Revista Nova Escola, edição 157, nov/2002.

A cena em análise coloca em destaque a reportagem de capa sobre a cerimônia de premiação de docentes da educação infantil e ensino fundamental promovida pela Fundação Victor Civita e veiculada na revista Nova Escola.

Nesta, encontra-se a professora Roberta Patrícia Azevedo, alfabetizadora na cidade de Quixaba, Pernambuco, “a grande vencedora” (NOVA ESCOLA, 2002, p. 60).

O exame do dispositivo da premiação nos enunciados da revista Nova Escola nas reportagens de capa sobre o Prêmio Victor Civita apresenta uma narrativa que constrói o discurso da professora do ano através de termos como: *entusiasmo, dedicação, persistência, exemplo, garra, vencedora*. São termos que parecem dar sustentação ao enunciado da “grandevencedora” (NOVA ESCOLA, 2002):

Sua história de vida é cheia de demonstrações de dedicação e entusiasmo. [...]. A rotina de lecionar pela manhã e à noite é completada com reuniões vespertinas. [...]. Roberta é um exemplo de dedicação e essa premiação vai incentivar a produção e divulgação de outros trabalhos. [...]. Toda segunda-feira, por volta das 6h30, ela já está na estrada à espera do transporte. [...]. Elatem garra de vencedores. (NOVA ESCOLA 2002, p. 61).

A análise dos enunciados delinea um discurso sobre o sujeito professor por entre duas faces: fazendo referência à salvação da pátria pela educação: a prática docente associada à crença no poder da educação para o crescimento do país emerge com grande força a partir dos ideais republicanos de povo instruído e, portanto, como um exemplo a ser seguido, e a outra que está vinculada ao discurso da redenção da própria educação, como um modelo para incentivar novas práticas de ensino.

Essa enunciação constrói uma relação interdiscursiva com o discurso da “missão redentória da educação”, mas neste caso não se refere a educação para a “regeneração da alma das crianças como um exemplo de moralidade”, como aponta a crítica de Popkewitz (2001, p. 106), mas sobre a produção de um discurso que passa a vigorar no final do século XIX que concentra o interesse pela regulação da vida da população pela educação.

A premiação, nesta configuração, tem como “missão” a oferta de subsídios para a construção de projetos que abordem novos temas e alcancem seus objetivos, assim como servir de incentivo a todos os profissionais que atuam para o enriquecimento da educação no país: “Roberta é um exemplo de dedicação e essa premiação vai incentivar a produção e divulgação de outros trabalhos” (NOVA ESCOLA, 2002).

Esses enunciados sugerem uma pedagogia de gênero quando articulada a um exame do contexto educacional brasileiro na educação básica no qual, em linhas gerais, os profissionais do ensino infantil e fundamental são predominantemente do sexo feminino, como aponta Rosemberg (2001) que as mulheres são maioria nas salas de aula, referindo-se à proporção de mulheres docentes e, portanto, as encarregadas da redenção das almas infantis como uma espécie de maternidade compulsória por assim dizer.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O exame ora apresentado buscou colocar em suspenso tanto a existência de um sujeito professor universal, quanto deixar aparecer diversas formas de governo por diversos dispositivos culturais que elaboram verdades sobre esse sujeito, polarizando homem e mulher com base em suas diferenças psicológicas e biológicas, e impondo, assim, um deslocamento de significados. Seja no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem científica, a distinção biológica, ou melhor, “a distinção sexual, serve, na verdade, dentre outras possibilidades, para justificar a desigualdade social” (LOURO, 1997, p. 20).

Em que pese o contexto atual onde, as questões são dinamizadas e redirecionadas, pois a comunicação expõe a sua própria constituição de categorias ao se expressar e as matrizes de inteligibilidade do discurso social – tudo dito e escrito, tudo que se imprime; tudo que se diz publicamente ou se represente hoje na mídia veicula imagens: as novelas, os romances, as revistas, os jornais, a internet

etc., “são textos que compõem um mosaico que integra a maneira de se perceber o mundo e a si mesmos, espaços de circulação de narrativas, lugares de processos de subjetivação” (SWAIN, 2001, p. 68).

REFERÊNCIAS

COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo,biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária,2004.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006

Fundação Victor Civita. Disponível em: www.fvc.org.br. Acesso em 21mar.2016.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **OSujeito da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheresnoBrasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial,2008.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum** da Companhia deJesus. Campo Grande, MS: Esfera do Caos, 2009.

POPKEWITZ, Thomas S. **Lutando em defesa da alma**: a política do ensino e da construção do professor. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RAMOS do Ó, Jorge. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenaçõesdisciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa:Educa, 2003.

Revista Nova Escola, edição 157, nov/2002. **Revista Nova Escola**. Edição: 306, out/2017.

Revista Nova Escola on-line. Disponível em: <https://novaescola.org.br>. Acesso em 17jun.2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **EstudosFeministas**, Florianópolis, n. 9, p. 515-540, 2001.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente, mulheres em revistasfemininas. **Em perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 67-81, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX):questões teórico-conceituais. In: XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, Recife: Universidade Federal de Pernambuco e Fundação JoaquimNabuco. **Anais** 2009.vol. 1. p. 1- 15.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE:

CONTEXTOS E REFLEXÕES NO SÉCULO XXI



www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914



TERRIED